



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

30/6/06

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Noadir Marques da Silva Júnior, Pedro Giberti, Roque Jerônimo Andrade, Vitore André Zílio Maximiano e Willian Fernandes, ausentes os Conselheiros Victor Hugo Albemaz Júnior, Wagner Giron de La Torre e a Conselheira Daniela Sollberger Cembranelli. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. Na segunda-feira (26/06) esteve com os Defensores Públicos Vitore, Antonio, Lisa e Renato em reunião com Presidente do TCE. A reunião foi muito boa, sendo que inicialmente conversaram com o Presidente e depois com diretor geral Sérgio Rossi. Foi um momento para esclarecer dúvidas, em que o TCE se colocou à disposição da Defensoria sempre que precisarmos. Na quarta-feira (28/06), esteve com o Defensor Público Geraldo com o novo Secretário da Administração Penitenciária. A Subprocuradora da Assistência Judiciária Mariângela Sarrubbo e a Procuradora do Estado Ana Sofia também estiveram presentes. Comentou-se sobre a situação da coordenadoria dos presídios e também sobre a questão das ONGs; quanto a esse ponto o Secretário declarou ter posicionamento diferente do antigo Secretário. Ontem, quinta-feira (29/06), ocorreu a posse dos 14 novos Procuradores do Estado, que irão todos para a assistência judiciária. Depois, reuniu-se com a OAB, representada por Inácio, Menésio e Caio (representantes da Comista). A reunião foi muito boa. A OAB apresentou uma pauta de assuntos; no entanto, foi esclarecido que as mudanças só ocorrerão no próximo ano; até lá pois os convênios continuarão com a PGE. De qualquer modo, está aberto o diálogo com a OAB, que se colocou à disposição para o que precisarmos. Houve, também ontem, reunião com as Fundações Vunesp e Carlos Chagas, mas a Defensora Geral apenas participou da segunda, de modo que, sobre a primeira, o Conselheiro Vitore poderá comentar. Esclareceu que, com os avanços obtidos, há possibilidade de publicação do edital no mês de julho. A conversa com as duas fundações foi boa, por ter esclarecido várias dúvidas, sendo possível fazer a contratação com dispensa de licitação. Assim, é importante aprovar o regulamento o mais breve possível. Houve também uma reunião com a Michael, da Pastoral Carcerária, de que participaram os Defensores Públicos Mônica e Vitore. Em seguida, passou-se ao relato da Secretaria do Conselho. Comentou-se sobre a importância da entrega do documento eletrônico da deliberação aprovada até segunda-feira para que o extrato de ata seja publicado até terça-feira. Além disso, também é importante que o processo quando devolvido já venha com relatório e voto do Conselheiro relator. Passou-se ao momento

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

aberto. O Presidente da Apadep, Davi Depiné, relatou que esteve nos últimos dois dias em Brasília. Distribuiu ofícios com o parecer do Celso Antonio Bandeira de Mello a respeito da nossa opção para todos os Ministros do STF. Comentou que o Renato deu uma palestra lá e que, em contato com a Tereza Sadek, obteve a informação de que ela, infelizmente, não poderá comparecer no Congresso. Além disso, participou da audiência pública sobre a PEC, sendo que os Defensores Públicos da União fundaram outra associação e não fazem mais parte da Anadep, que agora só representa as Defensorias Estaduais. Em contato com vários Presidentes de Associações de Defensores, obteve a resposta de que virão em grande número para o Congresso de Defensores que será realizado em São Paulo. Quanto à PEC, o relator apresentará, na próxima quarta-feira, o relatório, que terá que ser aprovado até a próxima quarta-feira para poder ir a Plenário depois das eleições, mas não será possível aprovar no Senado ainda este ano. O relator mencionou algumas emendas que pretende incorporar. No que se refere o art. 22 do ADCT, embora a Anadep tenha dito que não apresentaria emenda, a Defensoria Pública do Estado do Pará apresentou uma emenda, a qual o relator demonstrou interesse em incorporar. Há uma sugestão para que a redação do art. 22 do ADCT fique da seguinte forma: "serão aproveitados como defensores públicos aqueles que exerciam a atividade de defensor público na data da criação da Defensoria Pública desde que não haja alteração de regime jurídico ou aumento salarial". Na mesma PEC, está previsto o Conselho Nacional da Defensoria Pública, que teria a seguinte composição: oito Defensores e seis não Defensores (três da sociedade civil, um juiz, um promotor, um advogado indicado pelo Conselho Federal da OAB). Esteve, ainda, no Ministério das Cidades e foi feito um convite à Raquel para comparecer ao Congresso. Ela encaminhará livros sobre questão fundiária para quem estiver trabalhando nessa área. Por fim, foi elaborado um ofício da Apadep para que a PGE acompanhe as ações da Funap. A Diretora de Assuntos Legislativos da Apadep, Juliana Belloque, comentou que, com a saída da Renata da Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação Social, o Glauber, Diretor Social Cultural, acumulará as funções também daquela Diretoria. Para ajudá-lo na Diretoria Social Cultural, foi nomeada a Luisa Hamud que atuará como assistente de Diretoria. Passou-se às manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro Willian comentou que a ouvidoria da PGE encaminhou 28 comunicações, das quais 21 são perguntas sobre o concurso e as outras são relativas ao convênio da OAB e perguntas jurídicas. Além disso, por telefone, ele atendeu um assistido que foi à Regional de São Miguel e não obteve atendimento. Como lá não há Defensor Público, só Procurador do Estado, repassará o caso para a Ouvidora da PAJ. Quanto ao evento do dia 10, já está agendado e o local será o Plenário José Bonifácio da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, uma vez que o local é dotado de infra-estrutura adequada à realização do evento. O evento será o objetivo tanto de discutir o orçamento quanto de apresentar a Ouvidoria. Relatou que tem entrado em contato com várias ONGs, que integraram o Movimento Pela Defensoria, e que têm entre suas finalidades o acesso à justiça, e estão discutindo a gestão da Ouvidoria de maneira a fazer uma gestão compartilhada e próxima das reivindicações das entidades. Nesse sentido, informou que ontem se reuniu com o instituto Pró Bono e delinearão



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

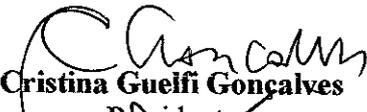
Conselho Superior

projetos em comum. Informou ainda que, durante o almoço, reuniu-se com a Dra. Luciana Zaffalon, coordenadora do IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa, para discutir a criação de um grupo de trabalho para pensar as ações da Ouvidoria e os meios para dividir com a sociedade civil dificuldades e receber eventuais sugestões para superação. Comunicou que, na última segunda-feira, conversou com o Dr. Pedro Egydio, ouvidor da SAP, para tratar de questões comuns às Ouvidorias. Conversou também com a Dra. Michael, da Pastoral Carcerária. Está pensando em elaborar um seminário com as ONGs para discutir um pouco sobre Defensoria. Além disso, tem conversado sobre a composição do Conselho da Ouvidoria e, visando a democratizar o processo de composição dos membros do referido Conselho e tendo em vista o número reduzido de assentos em face do número de entidades que lutaram pela existência da Defensoria, tem a idéia de formar também um fórum, que o ajudará a pensar na composição destes membros. Também entrou em contato com o representante da Anistia Internacional, Sr. Tim Cahil, que atua em situações de violência policial na América Latina, e este manifestou interesse em conversar com a Defensoria e conhecer melhor a posição institucional sobre a questão do PCC. O Conselheiro Roque comentou a importância de o Gabinete fazer um levantamento sobre os Conselhos Municipais, Estaduais e Federais, dos que deveríamos participar como Defensores. O Conselheiro Noadir se desculpou por não ter encaminhado o arquivo com a deliberação no início da semana e disse que o Conselho poderia pensar em outro dia para reunião que não fosse sexta. O Conselheiro Vitore comentou que qualquer iniciativa em mudar ao art. 22 ADCT seria inconstitucional, pois ofenderia o art. 37, que exige o concurso. Além disso, disse que elaborou proposta de eleição dos conselheiros, tanto do interior quanto dos núcleos. As reuniões com a Fundação Carlos Chagas e com a Vunesp foram importantíssimas, já que várias dúvidas foram sanadas, foi esclarecido que é possível realizar o contrato sem ter dotação orçamentária específica para realizar o concurso. Todas as despesas ficam a cargo das prestadoras de serviços, inclusive a remuneração da banca, modelo seguido pelo MP e pela Magistratura. A Diretora da Escola da Defensoria Pública, Flávia D Urso, irá formalizar pedido na próxima semana tanto à Vunesp quanto à Fundação Carlos Chagas para que elas encaminhem o orçamento. Com isso, há possibilidade de o edital ser aprovado já no dia 14 ou no máximo no dia 21. A questão da isenção também foi discutida com ambas as fundações. O Conselheiro Pedro pontuou que tem se chateado com a forma como PGE está conduzindo a transição. Relatou que fez contatos com a Mariângela sobre o mandado de segurança da Funap e a resposta do Procurador Geral, Elival Ramos, é que o Estado não precisa pedir a cassação da liminar, nem contraminutar o agravo, pois não houve prejuízo pelo Estado. Entende que devemos ter uma postura diferente, elevar o tom, pois não podemos ficar sujeitos à instabilidade da PGE. Esclareceu também que fará um levantamento completo dos problemas do interior e para tanto pedirá ajuda aos colegas. Comentou que teve uma reunião com a Pastoral Carcerária, em que também estiveram presentes os Deputados Estaduais Renato Simões e Ítalo Cardoso, além do Malheiros e dos Bispos de São Paulo. Disse que a reunião foi muito boa e que foi convidado para explicar o trabalho da Defensoria Pública sobre o período de terror em São Paulo. Além disso, o



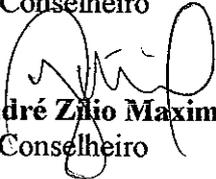
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

Condepe encaminhou a viúva de uma vítima e parece que o caso é de abuso policial. Entende que o grupo de trabalho precisa se reunir, mas infelizmente não será possível ainda hoje. Por fim, disse que recebeu ontem a informação de quem será coordenador de Ribeirão Preto e com isso já poderá ser encaminhada a nomeação dos coordenadores para o Diário Oficial. O Conselheiro Carlos disse que se manifestará quando da votação dos processos. Assim, não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se à ordem do dia. CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro. Deu-se continuidade à discussão do regulamento artigo por artigo partir do art. 7.º. Suspensa a sessão para almoço, foi retomada às 15:00, ausente o Conselheiro Willian, que teve um compromisso, presente, no entanto, a Conselheira Franciane. Havendo quorum, a Presidente deu por reinstalada a sessão. Deu-se continuidade à votação do regulamento do concurso de ingresso na carreira de Defensor, que foi aprovado ao final, por unanimidade, de acordo com a Deliberação CSDP n.º 10/2006 de 30 de junho de 2006. CSDP n.º 06/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a concessão de diárias para Defensores Públicos. Relator: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Apreciação prorrogada para a próxima sessão. CSDP n.º 10/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Modelo de carteira de identidade funcional. Relator: Conselheiro Victor Hugo Albernaz Jr. Apreciação prorrogada para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, de junho de 2006.

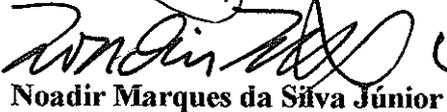

Cristina Guefi Gonçalves
Presidente

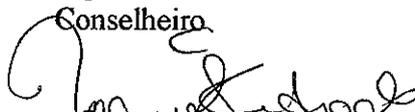

Franciane de Fátima Marques
Conselheira

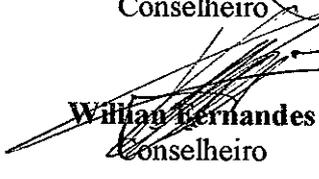

Pedro Giberti
Conselheiro


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro


Noadir Marques da Silva Júnior
Conselheiro


Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro


Willian Fernandes
Conselheiro